

**O CENTRO DA AMÉRICA DO SUL EM *VELHOS MAPAS*:
NOTAS DE PESQUISA SOBRE A RURALIDADE NAS MINAS DO CUIABÁ**

Tiago Kramer de Oliveira
Universidade de São Paulo
Bolsista CAPES

Resumo:

Este artigo apresenta notas de pesquisa sobre a formação de ambientes rurais nas *Minas do Cuiabá*, na primeira metade do século XVIII. Destacamos no artigo a região compreendida entre o varadouro de Camapuã e a ligação entre o rio Taquari e Paraguai. Apesar de essa região estar relativamente distante das minas de ouro, elas integravam a espacialidade denominada *Minas do Cuiabá*, assim como passaram a integrar a área de administração da Vila Real do Senhor Boa Jesus do Cuiabá, fundada em 1727, e posteriormente da capitania de Mato Grosso em 1748. Na primeira parte do texto discutimos a imagem construída pelo discurso acadêmico sobre os ambientes rurais nas regiões ao centro da América do Sul, tanto nas áreas de mineração como nos caminhos que levavam às minas, demonstrando como ao longo dos séculos XIX e XX autores de diferentes orientações reforçaram a imagem de ausência, inconstância e caráter de subsistência na formação de ambientes rurais durante os primeiros anos de colonização portuguesa no centro da América do Sul. Na segunda parte fazemos algumas considerações sobre a formação de ambientes rurais fixos, com a utilização de mão-obra compulsória, tanto de ameríndios como de escravos africanos, com produção voltada para o mercado, e como nestes ambientes rurais reproduzia-se uma lógica mercantil. Reconstruímos redes que ligavam os proprietários de terras em Camapuã e Taquari, com investimentos tanto na produção rural em outras partes do Brasil colonial, como ainda em outros setores da economia. No fim do artigo optamos por não fazer conclusões, mas apontar questões que orientarão a redação de nossa tese.

Palavras-chave: economia colonial; mapas sertanistas; minas do Cuiabá.

Abstract

This paper presents research notes on the training of rural environments in the Mines of Cuiabá, in the first half of the eighteenth century. Article highlight the region between the beaching of Camapuã and the link between the Taquari and Paraguay. Although this region were relatively far from the gold mines, they were part of the spatiality of called Mines of Cuiaba, and became part of the administration area of Vila Real Good Lord Jesus of Cuiaba, founded in 1727, and subsequently the captaincy of Mato Grosso in 1748. In the first section discussed the image constructed by the academic discourse about rural environments in the regions to the center of South America, both in mining and in the paths leading to the mines, showing how during the nineteenth and twentieth century, authors from different guidelines have reinforced the image of absence, of inconstancy and character of livelihood in rural areas during the early years of Portuguese colonization in the center of South America. In the second part we make

some comments on the training of rural permanent environments with the use of hand compulsory labor, both of Native Americans and African slaves, we noted production to the market, and how it in these rural areas was reproduced a commercial logic. We demonstrated networks linking landowners of Camapuã Taquari and with investments in both rural production in other parts of colonial Brazil, but also in other sectors of the economy. At the end of the article not we made conclusions, but we chose to terminate with questions that will guide the writing of our thesis.

Keywords: colonial economy; *mapas sertanistas*; colonial Cuiaba.

Antes da exploração aurífera de forma mais intensa nas terras ao centro da América do Sul, já se reproduziam, ainda que de forma embrionária, atividades produtivas que visavam o abastecimento. Quando se inicia a exploração de forma contínua e ordenada nas minas do rio Coxipó-Mirim, em 1718, percebe-se, por meio da documentação, que simultaneamente à atividade mineradora, expandem-se atividades agrícolas. Mesmo que os indícios apontem para formação de ambientes rurais fixos desde pelo menos 1718, muitos autores construíram suas análises tendo como *pressuposto* o caráter improvisado e inconstante dos ambientes rurais das *Minas do Cuiabá*.

Poderíamos apenas citar fatores que contraponham esta interpretação demonstrando o equívoco desses pressupostos. Todavia, talvez menos por necessidade para a construção de nosso objeto e mais por compromisso com a historicidade do discurso histórico, faremos algumas considerações sobre a *presença da ausência* de ambientes rurais em obras de historiadores (ou textos de cunho histórico de forma geral).

A construção de uma *ausência*

Em artigo intitulado *Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil*, Dora C. Shellard afirma que uma das imagens que orienta o trabalho dos historiadores que tratam do Brasil colonial, é a imagem de uma “natureza virgem, de terras desabitadas, vazias da ação humana no Brasil de outrora”, e acrescenta que “embora muitos já tenham criticado essa visão e apontado o descaso para com as populações indígenas, ela não foi superada. O discurso crítico foi ineficaz na substituição desse cenário por outro mais próximo do real”.

A autora nomeia os modeladores desta paisagem, afirmando que “ainda nos pautamos sem remendos em Caio Prado Júnior ou em Capistrano de Abreu, criadores desse modelo de descrição da paisagem do Brasil colonial, para descrever o processo de avanço da ocupação portuguesa (SHELLARD, 2006, p. 64). Destacamos um aspecto da crítica de Shellard, particularmente significativo para nossa análise,

Capistrano de Abreu e Caio Prado Júnior utilizam predominantemente fonte do século XIX. (...) Além disso, estes viajantes de onde os historiadores recuperam a paisagem colonial, por questões metodológicas que se impõe até hoje, separavam a descrição da natureza das formas de ocupação humana (SHELLARD, 2006, p. 69).

Será possível estender as observações que Dora Shellard faz sobre o silêncio em relação à presença indígena na paisagem colonial ao silêncio em relação à presença de ambientes rurais nas minas do Cuiabá na primeira metade do século XVIII? A análise de Shellard é inspiradora em muitos aspectos¹, em particular na percepção sobre a relação entre as categorias de *tempo* e *espaço* operacionalizadas nos escritos do século XIX, e sua marca na produção histórica, inclusive, na mais contemporânea. Distanciamos-nos, contudo, da análise da autora quando esta atribuiu a Capistrano de Abreu e a Caio Prado Junior a criação do que a autora chama de “modelo de descrição”. Ao menos no caso do silêncio em torno da existência e da importância de ambientes rurais em Mato Grosso, não procuraremos autores que criaram “um modelo”, mas *representações* que se cristalizaram e foram ressignificadas por diversos autores.

Não empreendemos uma busca incessante “pelas raízes” da ausência da ruralidade nos discursos, podemos, contudo, a partir da leitura de referências bibliográficas e da documentação, encontrar em meados do século XIX, uma imagem que abriga muitas das *representações* existentes nas interpretações ulteriores. Destacamos os *Anais de Mato Grosso* de Henrique Beaurepaire-Rohan, escrito em meados do século XIX. Tendo como base relatos de cronistas e documentos do Conselho Ultramarino, este autor afirma que “era tal o afã com que os primeiros colonos se entregavam aos trabalhos nas lavras, que nem sequer tratavam de prover aos meios de subsistência”, e acrescenta que “a lavoura desprezada e as poucas plantações que haviam pareciam já por falta de trato, já pelo rigor das estações. Nem lançaram mão da pesca, sendo aliás tão piscoso o rio” (BEAUREPAIRE-ROHAN, 2001, p. 17).

¹ Como quando afirma que “este esforço justifica-se pragmaticamente, pois são essas concepções equivocadas sobre a realidade paisagística brasileira pretérita que povoam o imaginário de muitos que têm tomado decisões quanto às políticas relacionadas ao meio ambiente, ao índio e a questão da terra” (SHELLARD, 2006, p. 66).

Em 1843 Henrique de Beaurepaire-Rohan, então jovem engenheiro militar de trinta e um anos, “foi designado para servir na comissão militar para a exploração e levantamento do baixo Paraguai, quando teve a oportunidade de conhecer Mato Grosso e onde permaneceu por quase três anos” e teve segundo Costa e Silva, uma relação próxima com Augusto João Manuel Leverger (COSTA E SILVA, 2001, p. 7)², chegando justamente no mesmo ano que o último aceitou o cargo de cônsul para tratar de assuntos de fronteira e sobre a navegação do rio Paraguai, assunto que se tornaria obstinação para Leverger e outros membros da elite política e econômica de Mato Grosso. Mas a ausência de rotas de navegação que pudessem escoar a produção não era o único entrave apontado. Ao que nos interessa particularmente neste artigo, tanto a população indígena como livres pobres eram vistos como empecilho para o desenvolvimento.

Em recente e importante contribuição, Ana Carolina da Silva Borges mostra que a nova concepção de *trabalho* criada no contexto europeu e que circulava no discurso de viajantes e autoridades (e embasava atitudes, políticas, leis) desqualificava as práticas rurais reproduzidas pelos agricultores pobres do *Pantanal*, não vistas como *trabalho*, pois não geravam lucro que pudesse ser reinvestido na produção nem excedente que pudesse ser comercializado externamente e assim produzir riqueza para a província, além do fato de terras que poderiam gerar riqueza não estarem sendo exploradas *racionalmente* (BORGES, 2010). Apesar de Borges centrar sua análise no período posterior a 1870, é evidente nos relatórios e discursos dos presidentes de província, desde pelo menos a década de 1840, que esta concepção servia aos mandatários locais para justificar práticas de invasão dos territórios indígenas e criticarem as práticas rurais, deslegitimando o acesso dos ribeirinhos à terra, e justificando, por exemplo, a necessidade de colonização estrangeira.

Não nos parece que Beaurepaire-Rohan, ficaria isento destes valores que depreciavam as práticas rurais de forma generalizada. A falta de *racionalidade* na exploração dos recursos naturais, o “desprezo pela lavoura”, a “falta de trato”, ou seja, de *trabalho*, apontados pelo autor dos *Anais*, correspondem mais aos problemas que surgiam no enquadramento de Mato Grosso ao *idealismo do progresso* do que de sua análise da documentação do período colonial.

Tal concepção tornar-se-ia ainda mais perceptível, com a intensificação das relações entre Mato Grosso e outras províncias e países graças a reabertura em 1870 da

² Augusto João Manuel Leverger tornar-se-ia presidente de província de Mato Grosso por vários mandatos, herói na Guerra do Paraguai e barão de Melgaço.

navegação com a bacia do Prata e a utilização do barco a vapor. Lilya da S. G. Galleti, assim resumiu a forma como o espaço mato-grossense foi configurado pela literatura de viagens de meados do XIX e início do XX:

um lugar longínquo, perdido no tempo e no espaço. Um território gigantesco, a desafiar uma população diminuta, composta por uma maioria de mestiços e indolentes, cujos hábitos e atitudes os colocavam nos limites da barbárie, e de um expressivo contingente de selvagens, vivendo ainda na infância da humanidade, um depósito de riquezas naturais abundantes e inesgotáveis que prometiam um futuro fabuloso tão logo pudessem ser exploradas pelas maravilhas da técnica, do capital e do trabalho disciplinado oriundos do mundo europeu (GALETTI, 2000).

Não podemos perder de vista, a própria Galleti aponta, que a percepção de um espaço vazio e não explorado fomentou muitas políticas públicas posteriores em relação ao território mato-grossense (GALETTI, 2000, p. 52); como exemplo, podemos citar a Marcha para o Oeste (no governo Vargas) e o Projeto de Integração Nacional (PIN), durante a ditadura militar.

No princípio do século XX, com o crescimento econômico e de importância política do estado de São Paulo no contexto nacional, a construção do “mito do bandeirante” e da “raça de gigantes” tinha na expansão territorial atribuída aos paulistas um de seus aspectos centrais (SCHWARCZ, 1993, pp. 126-133). Segundo Raquel Gleser houve “a transposição do bandeirante do século XVII para o paulista do século XX, dando sentido de continuidade e qualidade aos habitantes do Estado”, ou seja, “da mesma forma que o bandeirante desbravara os sertões brasileiros conquistando-os para Portugal e criando o Brasil geograficamente, o paulista, isto é, o Estado de São Paulo, melhor dizendo, a oligarquia paulista, construía o progresso do Brasil” (GLESER, 2002, 53-54).

No que diz respeito à formação de ambientes rurais nas áreas de conquista e do “desbravamento dos sertões”, em particular nas minas do Cuiabá, à imagem construída no século XIX se superpuseram outras representações, em particular, a do ação *bandeirante* neste território. Visto como o agente único responsável pela expansão territorial, suas características principais eram: “aventureiro, no bom sentido do termo, audacioso e corajoso” (BLAJ, 2002, p. 48). Estas características não “compactuariam” com o desenvolvimento de uma agricultura nas áreas de expansão das atividades sertanistas. Como afirmou um dos principais autores paulistas deste período, Washington Luís, “a agricultura, tarda na retribuição ao trabalho, não se compactua com o desejo febril de enriquecer rapidamente; definhava, estiolava-se, e recebia golpe de morte com a descoberta das minas de ouro” (LUIS, 1938, p. 22).

A valorização do passado *bandeirante*, não foi exclusividade dos paulistas. Em Mato Grosso, os membros do IHGMT, exaltavam os heróis da colonização e ufanistas construíram a imagem de um período de fausto e uma “idade de ouro” no princípio da colonização. Em Mato Grosso as *representações* sobre o isolamento e bandeirantismo assumiam o caráter das disputas de poder entre os *nortistas* (a elite de Cuiabá e municípios próximos) e os *sulistas* (do atual Mato Grosso do Sul). Segundo a autora os intelectuais nortistas conferem “aos descendentes das famílias mais antigas e tradicionais (...) um atávico pelo progresso, o mesmo que havia feito de São Paulo a “locomotiva do Brasil” distingui-os como os verdadeiros faróis da civilização, no grande sertão do Oeste brasileiro” (GALETTI, 2000, 50).

Entre os membros do IHGMT, destacamos Virgílio Corrêa Filho (quem também era membro do IHGB). O autor escreveu uma imensa quantidade de textos e foi pioneiro em vários temas da produção histórica de Mato Grosso, inclusive, sobre a história e a geografia do *Pantanal*. No livro *Os Pantanaís Matogrossenses*, Corrêa Filho destaca a atividade da pecuária no século XVIII,

Se já pelo século XVIII, a pecuária cuiabana excedia as solicitações do mercado regional, daí por diante, à medida que esmoreciam as minas de ouro, pelo esgotamento das aluviões empiricamente lavradas, maiores esforços desviados da mineração evanescente, iriam aplicar-se na lavoura e criação de gado, ainda que escasseassem consumidores (CORRÊA FILHO, 1946, p. 102).

Vemos que a relação estabelecida entre mineração e o setor agrário é a mesma em Corrêa Filho e em Washington Luis, ou seja, a abundância do ouro impede o desenvolvimento da agricultura. Apenas quando há decadência da mineração, o que segundo Corrêa Filho ocorre rapidamente, que se aplicariam “esforços” em desenvolver a agricultura e a pecuária.

A respeito da criação de gado no *Pantanal*, Corrêa Filho destaca a “seleção natural” que formara “uma variedade bovina pantaneira” (CORRÊA FILHO, s/d, p. 197). Assim como o *Pantanal* fora responsável pela criação do “boi pantaneiro”, o mesmo transformou o *Pantanal*. Uma relação de adaptabilidade mútua entre o gado e o ambiente (CORRÊA FILHO, 1955, p. 10-11).

A contribuição de Corrêa Filho para uma história social dos ambientes rurais é muito significativa. O autor apontou uma diversidade de agentes sociais e descreveu ricamente as paisagens pantaneiras. Todavia, faremos três apontamentos sobre o *Pantanal* de Corrêa Filho, a saber: o primeiro: a harmonia dos grupos sociais entre si (mesmo na inserção do índio no trabalho o conflito e minimizado em favor do destaque

à sua aptidão ao trabalho pastoril³) (CORRÊA FILHO, 1946, p. 123-124); o segundo: a harmonia com o ambiente natural, assim como o gado, também as pessoas aparecem na obra de Corrêa Filho como adaptadas aos ritmos do *Pantanal*, como parte do ambiente, ou na forma denominada pelo autor como “aspectos humanos”. Corrêa Filho, criou, ao seu modo, a imagem do “ribeirinho” do *Pantanal*, homem “modesto” que vive de forma relativamente independente das grandes fazendas. A imagem como o nome sugere constrói uma relação de imbricação do homem com o rio. Em suas descrições Corrêa Filho circunscreve o campo de ação dos ribeirinhos ao rio e às suas margens; por fim a centralidade das grandes fazendas de gado na paisagem pantaneira.

A questão da centralidade do latifúndio pastoril remete-nos a análise da interpretação de um autor, que muito embora seja pouco citado, traz em suas obras, enunciados presentes (de forma explícita ou tácita) em estudos de vários outros autores e em discursos não acadêmicos. Oliveira Viana, na obra *Populações meridionais do Brasil* construiu uma interpretação que buscava dar conta de aspectos sociais, políticos, econômicos, psicológicos, culturais. As influências de teorias raciais, da antropologia e da psicologia social nortearam a visão de Oliveira Viana sobre o “mundo sertanejo”. Viana acoplou ao conjunto de representações existentes no século XIX uma teoria racial bastante em voga. Para Viana “na sociedade colonial, o desejo de enriquecer, de ascender, de melhorar, de gozar os finos prazeres da civilização só pode realmente existir no homem de raça branca”. Quanto ao negro e o índio “na sua generalidade, não sentem, senão excepcionalmente, nos seus exemplares mais elevados, a vontade de alcançar essas situações sociais” (OLIVEIRA VIANA, 2000, p. 1011).

O ponto nevrálgico da tese de Viana é a compreensão de que o latifúndio, em torno do qual o restante da sociedade gravita, é responsável pela simplificação das relações sociais e entrave ao desenvolvimento humano, a civilidade e a solidariedade. O fato de partir de tal caracterização não impediu que o autor visualizasse grupos sociais que se reproduziam de forma mais ou menos independente dos grandes domínios. As relações que estes grupos e os latifundiários estabeleciam foram assim definidas por Viana: “entre essa classe (proletariado do campo) e a aristocracia senhorial as relações de interdependência e solidariedade não tem nem permanência, nem estabilidade. São

³ Segundo ele o indígena “revelou-se afeiçoado às tarefas pastorícias, que não lhe contrariavam o gosto inato de contínuas excursões, em que se estadeava qualidades admiráveis para o cabal desempenho de seus encargos (...) equivalente perícia revelava nos trabalhos curraleiros, de leiteação e amansamento de animais, no manejo da enxada e machado”. (...) “bororo do São Lourenço ou do Paraguai, guató(...) todas as tribos revelavam análogas aptidões, que facilitaram a expansão pastoril pelos campos outrora por elas senhoreados”, p. 123-124.

frágeis e frouxas. Não se constituem solidamente” (OLIVEIRA VIANA, 2000, p. 1023).

Mesmo visualizando este grupo, ou “classe” como prefere o autor, sua imagem é opaca, escondida entre concepções teóricas pragmáticas e conceitos raciais. Por mais “antiquadas” que possam parecer as formulações de Viana diante do momento atual, não apenas em relação à historiografia, mas às ciências de uma forma geral, suas marcas estão presentes no discurso de muitos historiadores, muitas vezes de forma não consciente. Não é difícil identificar que muitos autores tomam como pressuposto a inexistência de relações sociais regulares, de racionalidade na produção, de organização do trabalho, de vinculação regular ao mercado, reproduzindo, com eufemismos, a afirmação de Oliveira Viana de que “nos três primeiros séculos, todos os documentos e testemunhas, atestam a desocupação, a ociosidade e a vagabundagem do baixo povo rural” (OLIVEIRA VIANA, 2000, p. 1062).

Em meados do século XX, o historiador paulista Sergio Buarque de Holanda escreverá duas obras primas da historiografia brasileira que tratam da conquista e da colonização “dos sertões” da capitania de São Paulo, os livros *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*. Tanto Dora Shellard no que diz respeito à construção da paisagem do Brasil colonial quanto para Ilana Blaj sobre a construção das imagens da capitania de São Paulo, encontraram em Holanda um ponto de inflexão. Shellard lamenta, “ignoramos os passos iniciados por Sérgio Buarque de Holanda, o qual, desde a edição de *Monções* (1945), apresenta um cenário diverso, uma outra visão de fronteira” (SHELLARD, 2006, p. 67). Para Blaj, Holanda rompe com a percepção linear e evolutiva do passado colonial paulista e ao invés de defender a superioridade do branco. Holanda chama atenção para a importância do saber indígena e da incorporação deste saber pelo paulista. A expansão territorial deixa de ser percebido como inato aos paulistas, e passa a ser vinculada aos aspectos da vida material e a necessidade de um “equilíbrio vital” (BLAJ, 2002, p. 69-72).

São conhecidas as afirmações de Buarque de Holanda sobre a inexistência de produção regular de gêneros alimentícios na região das minas do Cuiabá. No entanto o que nos interessa destacar é como o autor caracteriza a vida rural nos “sertões”. De acordo com Holanda,

Em nenhum caso parece lícito dizer que as ferramentas chegaram a alterar de modo substancial os usos da terra. Em realidade o sistema de lavoura dos índios revela quase sempre, singular perseverança assegurando-se vitória plena, a ponto de ser adotado pelos adventícios. Os quais, após a primeira geração na colônia, pareciam, não raro ignorantes nos hábitos de seus ancestrais, ao contrário da raça subjugada, que se mostrou de um conservantismo a toda prova. (HOLANDA, 1975, p. 168)

Para o autor há uma ruptura completa entre a vida rural européia e a americana, uma subversão da colonização, os hábitos dos colonizados se impondo diante dos colonizadores. Algo que só é possível pela característica específica da colonização dos “sertões”. O *sertão* reproduzido por Holanda exerce sobre os corpos uma ação anti-disciplinadora, impõe um modo de vida improvisado, inconstante, onde atividades que exigem sedentarismo e regularidade, como a agricultura, não exercem papel importante, não explicam as características da sociedade. O que fornece identidade a esta população de “nômades”, “aventureiros” é a mineração, que supostamente era uma atividade caracterizada pela inconstância, pela mobilidade e pela irracionalidade. Holanda afirma “os benefícios mais seguros, embora também mais trabalhosos da lavoura, foram logo abandonados pelos do reluzente metal das minas” (HOLANDA, 1975, p. 168). O autor chega a dizer que “os primeiros moradores do arraial cuiabano tiveram uma existência comparável à dos índios coletores e caçadores, existência que só se concilia com um modo de vida andejo e inconstante” (HOLANDA, 1975, p. 149).

Mais uma vez não são os indícios documentais, embora Sérgio Buarque de Holanda cite vários documentos, que permitem chegar a estas conclusões, mas teorizações que se impõem aos documentos. A imagem de *sertão* é reveladora de pressupostos que extrapolam a análise documental, imagem que parece inquebrantável, e ainda hoje naturalizada na produção historiográfica do *litoral*.

De qualquer forma, embora a sua visão em relação à ruralidade nas minas do Cuiabá não apontasse para mudanças significativas, os temas tratados por Sérgio Buarque de Holanda abriram caminho para uma percepção mais complexa sobre a relação entre os paulistas e a conquista das minas do Cuiabá do que a visão reproduzida pelo IHGSP.

Assim como Shellard, Blaj afirma que “poucos autores trilharam os caminhos abertos” por Holanda, segundo a autora “devido às discussões candentes a cerca do subdesenvolvimento brasileiro, às práticas sociopolíticas encetadas pelo nacional-desenvolvimentismo e ao primado da sociologia e da história econômica” (BLAJ, 2002, p. 72). De fato, o contexto político e econômico das décadas seguintes orientou os trabalhos dos pesquisadores, no sentido de compreender as raízes do “subdesenvolvimento”, do “atraso” e dos “entraves” ao progresso do país.

Em termos de historiografia econômica, dois dos principais autores brasileiros, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, ambicionaram construir uma visão de conjunto da história do Brasil. Em *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, Caio Prado Júnior

apontou características gerais da história colonial do Brasil. Para o autor, o “sentido da colonização” está na vinculação ao capitalismo comercial europeu (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 31). Para Prado Júnior as atividades econômicas que explicam o *sentido* são aquelas assentadas no latifúndio e na escravidão, base da estrutura social da colônia. Nas áreas de mineração, as minas substituíam as lavouras açucareiras, mas a base de exploração do trabalho era o mesmo (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 123).

O autor não ignorou a existência de produção rural fora dos grandes domínios, no entanto, para Prado Júnior, essas atividades nunca constituíram parte relevante da formação da economia colonial. O que importa para Prado Júnior são as atividades voltadas para o mercado externo, as demais são espasmódicas em relação à principal, “trata-se de atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras”, acrescenta “Não tem vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependência”, e ratifica “ Numa palavra, não caracterizam a economia colonial brasileira, e lhe servem apenas de acessórios” (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 124).

Não apenas do ponto de vista econômico, a “agricultura de subsistência”, principalmente a praticada por livres pobres, é posta à margem da sociedade colonial, mas também do ponto de vista “moral” estes foram inferiorizados a partir de critérios “raciais” e étnicos. Neste ponto a análise de Caio Prado Júnior deve uma inquestionável e fundamental influência (não explicitada pelo autor) à Oliveira Viana⁴.

Para Furtado a exploração das minas foi efêmera e a organização social não se tornou complexa suficiente para a manutenção de uma economia ativa. O baixo progresso técnico e mental dos colonizadores do sertão são as grandes causas de sua involução (FURTADO, 2003, p. 91). Embora utilizando a concepção weberiana de *racionalidade*, é notório na citação acima, o alinhamento com a tese de Viana em relação à involução da sociedade (e outros aspectos que destacamos deste autor) e também com Sérgio Buarque de Holanda, no que tange às características da agricultura.

Obviamente que das primeiras décadas do século XX até dias hodiernos as imagens construídas sobre as minas do Cuiabá modificaram-se, contudo, que pesem as

⁴ “A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categoria inferiores da colonização. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano, residual, sobretudo mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então, brancos degenerados e decadentes” (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 124).

diferenças entre as abordagens dos autores, em alguns pontos absolutamente contrárias umas às outras, a imagem construída sobre os ambientes rurais não são divergentes⁵.

As evidências da *presença* da ruralidade na cartografia da conquista

Por documentos que compõe a *cartografia da conquista* não entendemos apenas os mapas propriamente ditos, mas também os relatos de viagem, as *notícias*, e mesmo as correspondências entre representantes do poder régio, e ainda outras tipologias documentais como as cartas de sesmarias, por exemplo. Na análise desses documentos encontramos indícios não apenas da *presença* de ambientes rurais no centro da América do Sul, nos primeiros anos da conquista portuguesa na região, mas também sinais da diversidade de *paisagens* e a articulação da produção dos ambientes rurais com as demais atividades econômicas. Neste texto não faremos uma análise exaustiva, apenas faremos alguns apontamentos com base na crítica documental. Abaixo um mapa, *tipicamente* sertanista:

FIGURA I



Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá ca 1720. Desenho a tinta ferrogálica : 55 X 104,5cm. Direitos: Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

⁵ Uma análise *divergente* que merece ser destacada e aborda a relação entre produção aurífera e agricultura apontando a existência de um setor agropastoril vinculado ao mercado interno foi elaborada por Elmar Arruda. Segundo o autor “a agricultura é cultivada desde os primeiros anos de exploração do ouro, em pequena escala, mas sempre aumentando o número de plantações. (...) Assim houve a formação de um pequeno complexo econômico. Não (...) um pujante mercado, mas sim um mercado” (ARRUDA, 1991, p. 95).

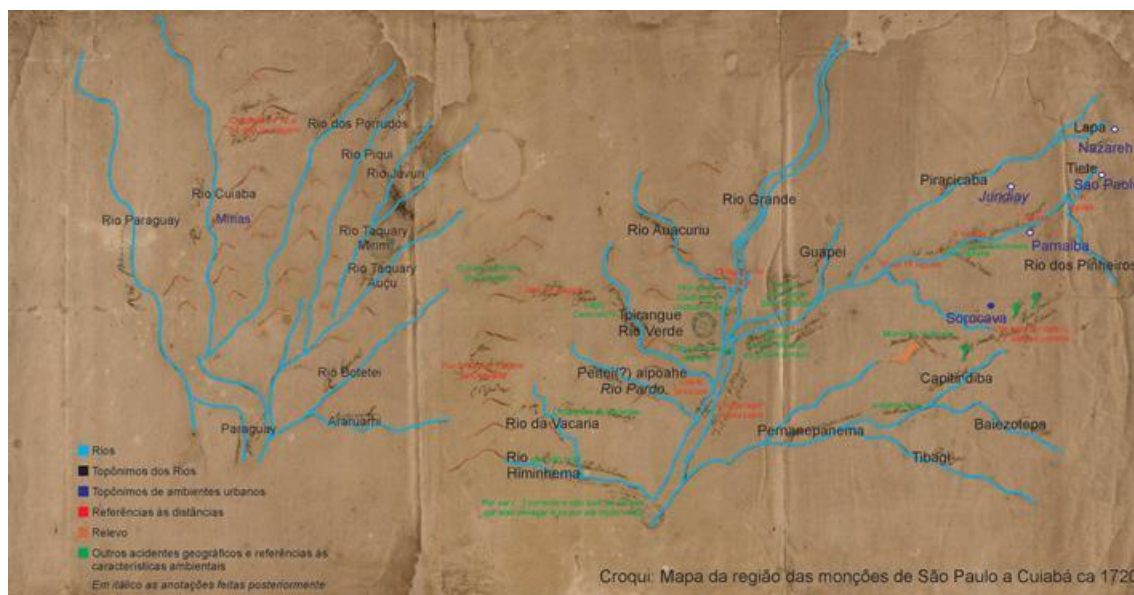
Uma primeira vista no mapa, e fica claro que não trata-se de uma produção erudita, feita com base em manuais europeus, com observâncias das coordenadas geográficas. Não nos enganemos pelas aparências. Este mapa, assim como outras cartas sertanistas, possuem muito mais que simples rabiscos e nomes de rios.

O apurado conhecimento indígena e dos próprios sertanistas que os autores mobilizavam para confeccionar tais mapas, Jaime Cortesão e Sergio Buarque de Holanda, já destacaram em meados do século passado. Devemos desconfiar que rusticidade denotasse improvisado, casualidade, espontaneidade na confecção de mapas como acima exposto. Apesar de não ter acabamento rebuscado, bordas e rosa-dos-ventos, não se trata de um esboço, como aponta os catalogadores da Biblioteca Nacional, ou como se dizia à época, um *borrão*. É um mapa acabado, relativamente grande, que representava os caminhos percorridos pelos sertanistas para chegarem às minas do Cuiabá. Materializava-se no papel, portanto, informações preciosas, coletadas a mando do rei, pelo padre matemático Diogo Soares, que afirmara em 1730 que “tenho já junto uma grande cópia de Notícias, vários roteiros e Mapas dos melhores sertanistas de São Paulo, Cuiabá, Rio Grande e da Prata e vou procurando outras, a fim de dar princípio a alguma carta, porque as estrangeiras andam erradíssimas, não só no que toca ao Sertão, mas ainda nas Alturas e Longitudes”⁶. Mapas como este, portanto, como aponta Jaime Cortesão, seriam fundamentais para a confecção de importantíssimos mapas portugueses, como, por exemplo, o *Mapa das Cortes*, que definia os limites entre territórios espanhóis e portugueses na ocasião da assinatura do Tratado de Madri (CORTESÃO, 2001, p. 327).

Assim como qualquer outro mapa, mesmo os pretensamente mais exatos, as cartas sertanistas não podem ser lidos como espelho, ou reflexo da realidade, como apontam reiteradamente os autores da assim chamada Nova História da Cartografia (HARLEY, 1989, p. 7). Nosso objetivo ao analisar os mapas sertanistas, não é, ou ao menos não é apenas, encontrar referências a existência de ambientes rurais e de relações de comércio. Antes de tudo, é necessário percebê-los como textos. Para facilitarmos a leitura fizemos um croqui primeiro mapa citado, a partir do qual faremos apenas breves observações.

FIGURA II

⁶ Carta de Diogo Soares a D. João V apud TAUNAY 1981, p. 28.



São vários os aspectos reveladores presentes no *Mapa das monções* e em outras cartas, sobre a *empresa sertanista*. Determo-nos em primeiramente em um deles: os caminhos que levavam às minas do Cuiabá. Percebemos que originalmente o mapa não tem título. O título em linguagem bastante atual foi certamente atribuído por seus catalogadores, e legitimado por historiadores que analisaram o mapa, como por exemplo, Mario Clemente Ferreira,

(...) um bandeirante anônimo, cerca de 1720, traçou um esboço sem qualquer rigor científico onde representou os principais rios, indicou algumas distâncias em léguas e localizou as minas. A sua principal preocupação, no entanto, foi a de ilustrar a comunicação do sertão de Cuiabá com São Paulo. Para isso, assinalou uma das primitivas rotas do caminho fluvial que ligava esta cidade e o porto de Ararituaba àquela região aurífera, ou seja, o célebre percurso das monções, expedições de carácter comercial e povoador (FERREIRA, 2007, p. 2).

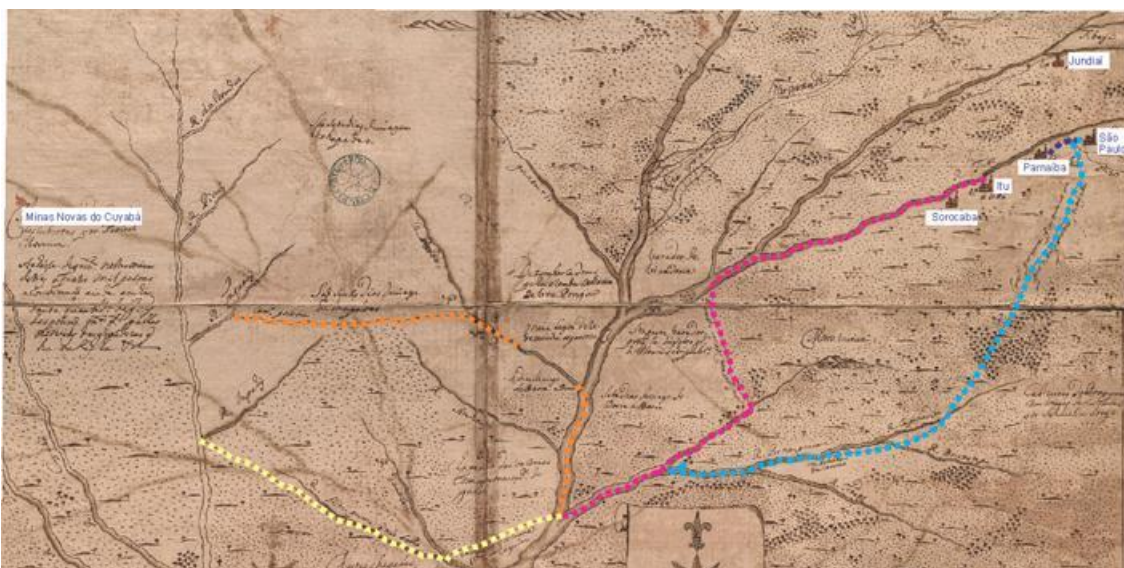
O célebre percurso das monções, contudo, não poderia ter sido traçado em um mapa de 1720, uma vez que o caminho que se efetivara como percurso das monções entre 1723 ao fim das expedições no século XIX, ainda não havia sido descoberto. A afirmação de Ferreira e o nome atribuído ao mapa são, portanto, em certo sentido, anacrônicos.

No mapa há a indicação de ao menos três caminhos de São Paulo ao rio Grande (Paraná) e mais três caminhos do rio Grande aos rios que compõe a Bacia do rio Paraguai. O *Mapa das Monções* é o único que faz referência ao caminho que do rio Grande (Paraná) entra pelo rio Verde. Um dos roteiros sertanistas que integravam a coleção do padre Diogo Soares, fazia menção ao dito caminho:

Verdade é que até agora os sertanistas, que iam para o Cuiabá, estravam pelo rio Verde, e quem lhe quiser ver a barra que desde o rio Grande, virá costeando este mesmo rio á mão direita deixando as ilhas à esquerda, e quase no fim da última achará a dita barra, e pouso nas suas capoeiras: hoje porém pelo medo do gentio Caiapó deixam o rio Verde, que era mais em direitura, e vão pelo rio Grande buscar a barra do rio Pardo (BARROS, 1981, p. 157).

Em outro mapa, não datado, também sem título, o autor, mais uma vez anônimo, tentou representar alguns dos caminhos do *Mapa das monções* com riscos tracejados, os quais evidenciados por manipulação gráfica.

FIGURA II

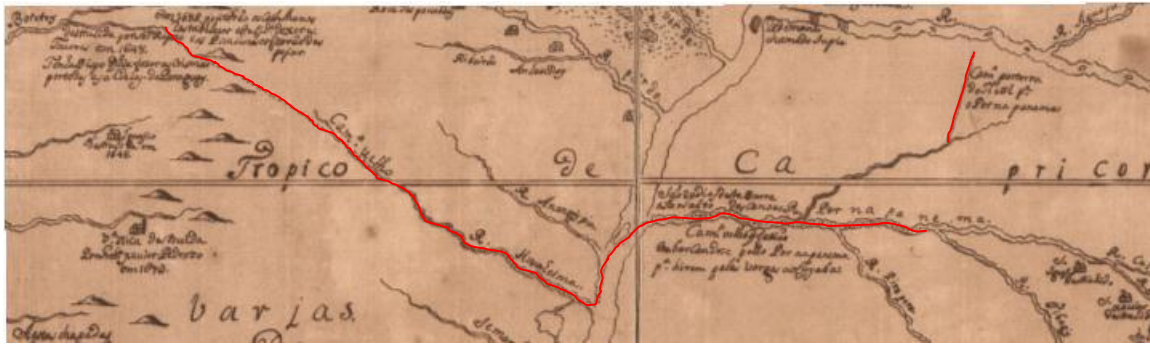


Detalhe *Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso, 17--*. Desenho a tinta ferrogálica e aquarelado, 42,5 x 59,5cm. Direitos: Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção : Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

O mapa acima, este sim, trata-se de um trabalho inacabado, em grande parte, presumimos, pela dificuldades do autor em representar em padrões eruditos o conjunto de representações inscritas na cartografia sertanista. Dos caminhos representados podemos perceber os seguintes: um pequeno que de São Paulo terminava em Santanta do Parnaíba. Outro que de Itu seguia até o rio Grande, passando por um “caminho de terra do Tiette ao Pernapanema”.

O tal caminho é referenciado também em outro mapa que embora seja datado de 1740, é classifiado por Jaime Cortesão, como um mapa *sertanista*, uma vez que o mesmo espacializa representações presentes na documentação coletada por Diogo Soares, além de acontecimentos marcantes no processo de colonização, o último datado de 1730.

FIGURA III



Detalhe *Parte do governo de Sam Paulo e parte dos domínios da Coroa de Espanha* ca 1740. Desenho a tinta ferrogálica: 51,5 x 71cm. Direitos: Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

No detalhe acima, o caminho é referenciado como “caminho velho” e abaixo do rio Paranapanema o autor escreve: “caminho velho que embarcando-se pelo Paranapanema para irem pelas varjas ao Cuiyabá”.

Outro caminho, retomando a figura II, é o que subindo pelo rio Pardo, em traço laranja, chega ao rio Taquari. Este caminho não é sequer referenciado no mapa de 1740, que representa já o caminho pelo varadouro de Camapuã, descoberto em 1723, como destacado no detalhe abaixo.

FIGURA IV



Detalhe *Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha* ca 1740. Desenho a tinta ferrogálica: 51,5 x 71cm. Direitos: Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

No curso do rio Pardo, há algumas referências às roças. Em duas delas o nome o proprietário: Luiz Rodrigues Villares. Também está escrito no mapa que tais roças acham-se “despovoadas”. Informação que é preciso tomar com cautela. Em outro mapa,

por exemplo, citado anteriormente, há seguinte trecho “Há hoje de presentes nestas minas de três a quatro mil pessoas e continuam ainda em ir tanta quantidade de gente que despovoam muitas partes pelas notícias das grandezas que há nelas”⁷. Muitas correspondências de autoridades régias chamam também a atenção para o “despovoamento”, que não significa esvaziamento, destruição, extinção de determinada povoação, mas diz respeito à migração, diminuição do contingente populacional entre outros. Sobre sua passagem pelo rio Pardo em 1727, Cabral Camelo relata que,

Por todo este grande rio costumam andar os Cayapós; uma légua pouco mais das suas cabeceiras há uma vargem, e nela uma lagoa, à que chamam de *Sambixuga*; nesta vargem se desembarca, e tirando para a terra as canoas, se põem em umas carretas de quatro rodas pequenas, de que tiram vinte e mais negros, distância de légua e meia, até as porém no pequeno riacho de Camapoam, uma légua pouco mais ou menos de seu nascimento, em sítio em que estão duas roças povoadas, e se gastam nesta paragem quinze ou vinte dias; é porém precisa toda a vigilância nela porque os Cayapós não perdem toda a boa ocasião que se lhe oferece: com o efeito experimentaram uns de São Paulo, que foram na mesma tropa, por nomes Luiz Rodrigues Villares e Gregório de Castro, que no meio da fileira de negros que lhe conduziam as cargas, e seriam sessenta ou mais, lhes ataram três ou quatro, retirando-se tão velozmente, que quando os mais levaram as espingardas à cara, já não os viram (CAMELO, 1842, p. 491).

Outros documentos, como as cartas de sesmarias, mostram que Luiz Rodrigues Villares e Gregório de Castro, com seus mais de 60 escravos, parecem não pretender (ou não apenas) aventurar-se em busca de descobertas de ouro. Parece-nos que ambos, já tinham outros meios de obtê-lo, de forma líquida e certa.

O primeiro, Luiz Rodrigues Villares, desde ao menos 1722, em sociedade com um Antonio Lopes, explorava a criação de gado nos campos de Curitiba, onde requereu em 1725, e obteve, sesmarias de uma légua e meia em quadra (AESP, LSPP, livro 1). Já em 1727 o mesmo Luiz Rodrigues requereu ao todo três léguas em quadra, em duas sesmarias justamente localizadas no “sítio de Camapuã” e “no Porto Geral do Taquari” (AESP⁸, LSPP⁹, livro 2)

Lembrando que de acordo as normas estabelecidas para concessão de sesmarias, a máxima extensão seria de uma légua em quadra para criação de gado e meia légua em quadra para a agricultura, as sesmarias de Camapuã e Taquari extrapolavam em muito a legislação. Fato de modo algum incomum no Brasil colonial. Nas cartas de sesmarias que pesquisamos referentes à capitania de São Paulo, são muitas as cartas em caminhos

⁷ Detalhe *Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso*, 17---. Desenho a tinta ferrogálica e aquarelado, 42,5 x 59,5cm. Direitos: Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção : Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

⁸ Arquivo Público do Estado de São Paulo

⁹ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões

para regiões mineiras, e em campos de criação de gado que ultrapassam largamente os limites estabelecidos. Como aponta Márcia Motta,

a despeito das tentativas de limitar a expansão e controlá-la via procedimentos régios, havia casos em que o documento de sesmarias servia para assegurar a incorporação de enormes limites territoriais nas mãos de um potentado, em retribuição aos serviços prestados à coroa. Se os pedidos não feriam o que estava escrito em lei, na prática eles ocultavam o assenhoreamento de enormes extensões de terras para uma mesma família. No entanto, mesmo nesses casos, a posição da coroa não foi única. Interesses comuns entre sesmeiros e a coroa poderiam denotar o “fechar os olhos” para flagrantes usurpações de terra (MOTTA, 2009, p. 356).

A última carta referida aponta Luiz Rodrigues como “morador e mercador na cidade de São Paulo, ora assistente nestas minas do Cuiabá” e “que ele suplicante se achava com posses de fabricar pelo tempo vindouro uma fazenda de gado vacum e cavalariço no sertão do Cuiabá na paragem chamada porto geral do Taquari”, seu objetivo seria produzir “mantimentos” uma vez que “os mineiros mais carecem deles por ser deserta e de evidentes riscos”. Já na primeira carta concedida no mesmo dia, afirma que Luiz Rodrigues,

agora assistente nestas minas do Cuiabá, que o suplicante com grande trabalho e despesas de sua fazenda povoara as terras de que estava de posse na barra de *Camapuam Guasú* caminho destas minas da parte que se segue grande utilidade aos mineiros, e viandantes que a elas passavam, por acharem naquela paragem mantimentos, e lhe ficar a viagem mais breve por um varadouro novo a que o dito suplicante tinha dado princípio, e porque no estabelecimento da dita fazenda tinha o suplicante feito uma considerável despesa e experimentado com a vizinhança do gentio bárbaro da nação Cayapó, grande perda pelos escravos que lhe havia mortos como era notório e porque do aumento da dita sua fazenda se seguia conveniência a fazenda real, e ao bem comum, e o suplicante se achava com posses de cultivar as ditas terras de baixo do mesmo risco, em que este agora se conservava se fabricar pelo campo vindouro uma fazenda de gado vacum e cavalariço na mesma paragem.

O segundo, Gregório de Castro, é muito provavelmente Gregório de Castro Esteves. Em um estudo minucioso sobre os agentes mercantis na capitania de São Paulo entre 1711 e 1765, Maria A. M. Borrego aponta que “Gregório de Castro constava como proprietário de loja de mercador. Todavia, sabe-se também que ele tinha negócios em Cuiabá, pois foi de lá que regressara com caixotes de ouro na monção de 1729”. (BORREGO, 2006, p. 95), e aponta ainda que o mesmo é citado em vários documentos “sempre envolvido com loja, fazendas e atividades em Cuiabá, Goiás e Rio de Janeiro” (BORREGO, 2006, p. 256).

Outra carta concedida na região beneficiou a Manoel Veloso, com uma légua e meia de terras em quadra (AESP, LSPP, livro 2). A concessão é justificada pelo fato de que,

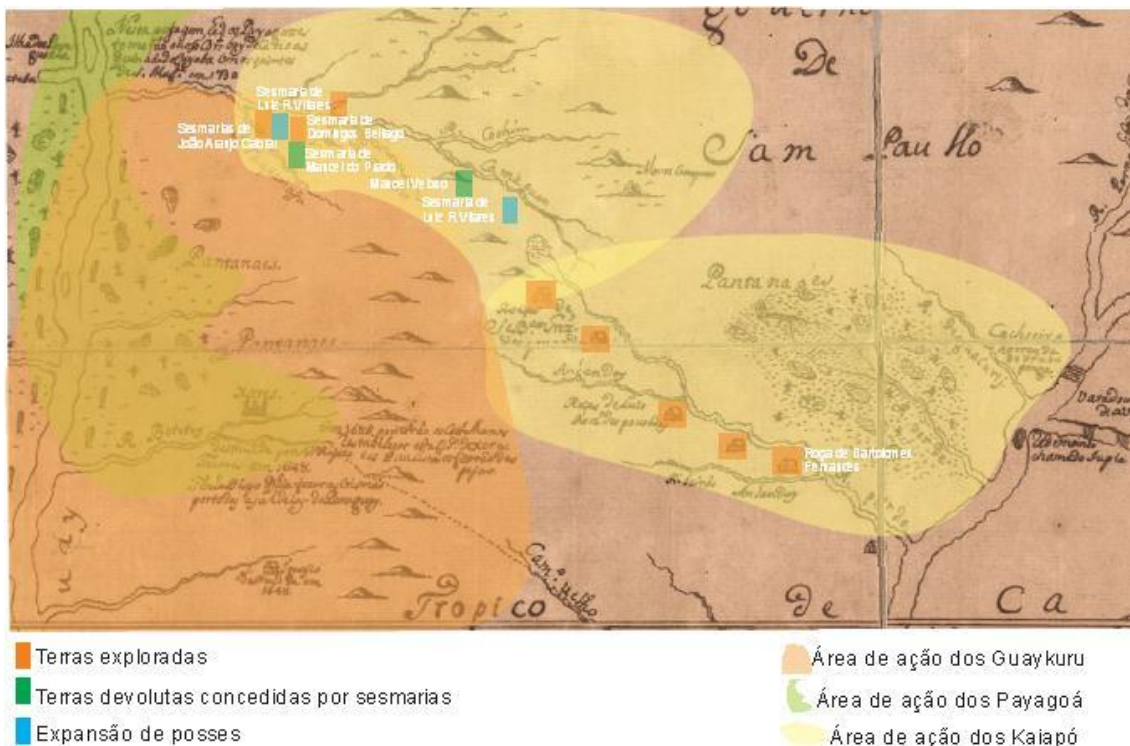
ele suplicante se achava com posses de fabricar uma fazenda de gado vacum e cavalari com roças de mantimentos donde se utilize atenção aos mineiros que concorrem para estas minas de Cuiabá melhor passadio e maior aumento às rendas reais a qual dita fazenda quer o suplicante situar sobre o rio Camapuam correndo por ele abaixo da parte direita principiando donde faz barra o Camapuam Guassú confrontando com a terra de Luiz Rodrigues Villares.

Não eram poucas as posses com as quais Manoel Veloso “se achava”. Maria A. M. Borrego estuda com minúcias a trajetória de Manoel Veloso, e cita documentação na qual o mesmo é mencionado como “homem de negócio dos mais honrados e bem procedidos desta cidade”. (BORREGO, 2006, p. 116) Seu inventário, em 1752, aponta um patrimônio líquido de 10:875:\$371. (BORREGO, 2006, p. 208). Manoel Veloso, por sua vez era sogro do dito Gregório de Castro com quem segundo Borrego “aparece muitas vezes como parceiro de negócios” (BORREGO, 2006, p. 256). O nome de Villares aparece uma única vez na tese de Borrego, como marido de Ângela de Faria, filha e Manoel Veloso e, portanto, concunhado de Gregório.

Mas o que queremos problematizar não são os laços familiares entre mercadores, algo que a produção histórica mais recente destaca em muitas pesquisas, mas o *sentido* da espacialização de ambientes rurais nos territórios pertencentes ao *termo* da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. É preciso que não percamos de vista que a acumulação de capital por agentes mercantis não implica somente em relações *clientelares*. Embora estudar essas relações seja fundamental para compreendermos o *modus operandi* da reprodução daquilo que João Fragoso chamou com muita propriedade de *hierarquia social excludente*, é preciso ter em mente que as relações sociais que permitem a estruturação das redes mercantis *espacializam-se*. Apenas este pequeno número de agentes sociais tornou-se proprietário de cerca de 60 km² de terras no *termo* de Cuiabá, onde possuíam volumosa escravatura, plantavam roças e ampliavam cada vez mais a criação de gado.

Mas estes não eram os únicos requerentes de sesmarias entre o rio Camapuã e Taquari. Para termos uma ideia da espacialização dos ambientes rurais sobrepomos algumas informações ao detalhe do mapa anteriormente citado,

FIGURA V



Detalhe do *Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai*, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso, 17---, indicando a localização de terras com base em relatos e cartas de sesmarias, e as áreas aproximadas de ação de povos ameríndios, segundo os relatos, crônicas e correspondências.

Domingos Gomes Belliagio que também “fabricara um sítio nas margens do rio Taquari”, onde possuía roças e criava gado, recebeu em uma única carta sesmaria de três léguas em quadra (AESP, LSPP, livro 2). A carta aponta que o mesmo “se achava situado na mesma paragem com gado vacum, que conduzira de povoado em canoas com grande trabalho e despesa de sua fazenda”, e ainda “mandara vir por serranias gado para meter na dita povoação”. O mesmo Domingos receberia mais três cartas de sesmarias, nas minas de Goiás, cerca de dez anos depois. Em 1739, então mestre de campo nas minas de Goiás, iria receber por sesmaria, três léguas de terra “em um sítio chamado Alagoa, em meio caminho da Meia-Ponte para o Tocantins que a houvera por título de compra (...) e tinha povoado com gados, escravos e roças”. (AESP, LSPP, livro 9). Outra carta aponta que Belliagio, mestre de campo e “cavaleiro professo na ordem de Cristo” e os “reverendos José de Frias Vasconcelos e Antonio de Moraes Pimentel, eram senhores e possuidores de uma fazenda de gado, roça e engenho de cana nas cabeceiras do rio Paraná (...) por título de compra” (AESP, LSPP, livro 9). E por fim, uma carta em que Domingos Belliagio, juntamente com Antônio de Souza Bastos,

recebe sesmaria de “umas fazendas”, também nas minas de Goiás “onde acharam capacidade de mandarem povoar e, com efeito, tinham quatro fazendas já povoadas e levantando currais para povoarem no tempo vindouro”. Além das quatro fazendas “com bastante gados, cavalos e pessoas, os sócios pedem mais duas, no que são atendidos pelo governador de São Paulo. A carta não cita a quantidade em léguas, mas trata-se claramente de uma imensa extensão de terras ”(AESP, LSPP, livro 9).

João de Araújo Cabral, que viera de Itu, recebeu duas sesmarias no rio Taquari”(AESP, LSPP, livro 2). Entre todos os que exploravam as terras na região, foi ele o primeiro a ter suas terras legitimadas por carta de sesmarias, cerca de um ano antes dos demais. Na carta assim era legitimada a posse da terra de Cabral:

nesta minas do Cuiabá que sendo o suplicante um dos primeiros povoadores delas, para seu sustento, e da sua família fizera sítio e lançou roças na paragem chamada barra do Queixiyen [Coxim], que faz (...) descarregadouro de Taquari Guassú que tinha servido de grande utilidade aos passageiros para as ditas minas assim nas invernadas como se proverem de mantimentos cuja terra tinha princípio.

Observando-se as narrativas sobre as viagens de São Paulo a Cuiabá, percebemos quão estratégica era a localização dessas terras. Os relatos de Cabral Camelo, Gervásio Rebelo, e um relato anônimo com o título de *Notícia 8ª prática*¹⁰ evidenciam a presença das roças de João de Araújo.

Corre este rio [Coxim] a maior parte entre brenhas muito altas e quase sempre entre morros; é arreatadíssimo, e tem três saltos perigosíssimos. No primeiro se passa pela direita, no segundo pela esquerda, e no terceiro à direita: logo baixo deste salto entra no Quexeim pela parte esquerda o Taquari-mirim, e ainda à vista deste deságua o mesmo Quexeim o Taquari-assú, entre os quais há uma roça povoada, e defronte dela é que o Taquari é que o Taquari e Quexeim fazem barra. (CAMELO, 1842, p. 492).

Passaram-se também umas escaramuças de caldeirões redemoinhos, correntezas e águas tão atrapalhadas, que a todos no seu cuidado e se veio ao varadouro que tem uma ilha da parte direita e da esquerda uma rocha e como os canais estavam tapados se levaram as canoas dentro da ilha passando-se algumas cargas às costas: passando tudo da outra parte e carregadas de novo as canoas se saiu viagem e se passou ao por do sol pela barra do Taquari-mirim e se chegou a noite a roça de João de Araújo. Nestes dois dias andariam 36 léguas. (REBELO, 1981, p. 111).

(...) Suido deste salto vos achareis em bom rio, e a pouco espaço vereis da parte esquerda a barra do rio: Taquari-mirim, e logo, o sítio de João de Araújo, e pouco abaixo o Taquari-assú, que vem de parte direita. Até aqui cursa o gentio Caiapó. (NOTÍCIA 8ª PRÁTICA, 1981, p. 188).

O abastecimento das monções, portanto não era tão inconstante como a *imagem* construída na produção histórica e na memória em relação ao *sertão* das minas do

¹⁰ Segundo Thereza Martha B. Presotti, o roteiro é de 1726 (PRESOTTI, 2005, p. 8).

Cuiabá. E a racionalidade que orientava os empreendimentos era segundo os indícios indicam orientada por uma lógica mercantil, que visava os altos lucros que poderiam ser obtidos com a venda de “mantimentos” aos que percorriam o caminho que levava às minas de Cuiabá. Uma relação dos preços das mercadorias, nos dá uma perspectiva do lucro que tais roças realizavam.

TABELA I
Preço registrados por Gervásio Leite Rebelo em 1726

Gênero	Preço em oitavas de ouro		
	Prox. do rio Pardo	Varadouro de Camapuã	Arraial do Sr. Bom Jesus do Cuiabá.
Milho (alqueire)	12	9	14
Farinha de Milho	-	-	20
Feijão (alqueire)	12	16	20
Galinha (unidade)	-	3	3
Toucinho (arroba)	-	32	-
Aguardente (frasco)	-	15	-
Ovos (dúzia)	-	-	1½

Fonte: (REBELO, 1961 p. 121-123)

Segundo Luna e Klein um alqueire de milho ou de feijão equivalem a pouco mais de 30 kg (LUNA e KLEIN, 2001, p. 4). Portanto se pensarmos em termos atuais, uma saca de milho de 60 kg, custaria no varadouro de Camapuã 18 oitavas de ouro. Tomando valor da oitava em 1.500 réis, seriam 27.000 mil réis. Portanto, cerca de quinze sacas de milho, ou trinta alqueires, era mais que suficiente para comprar um escravo.

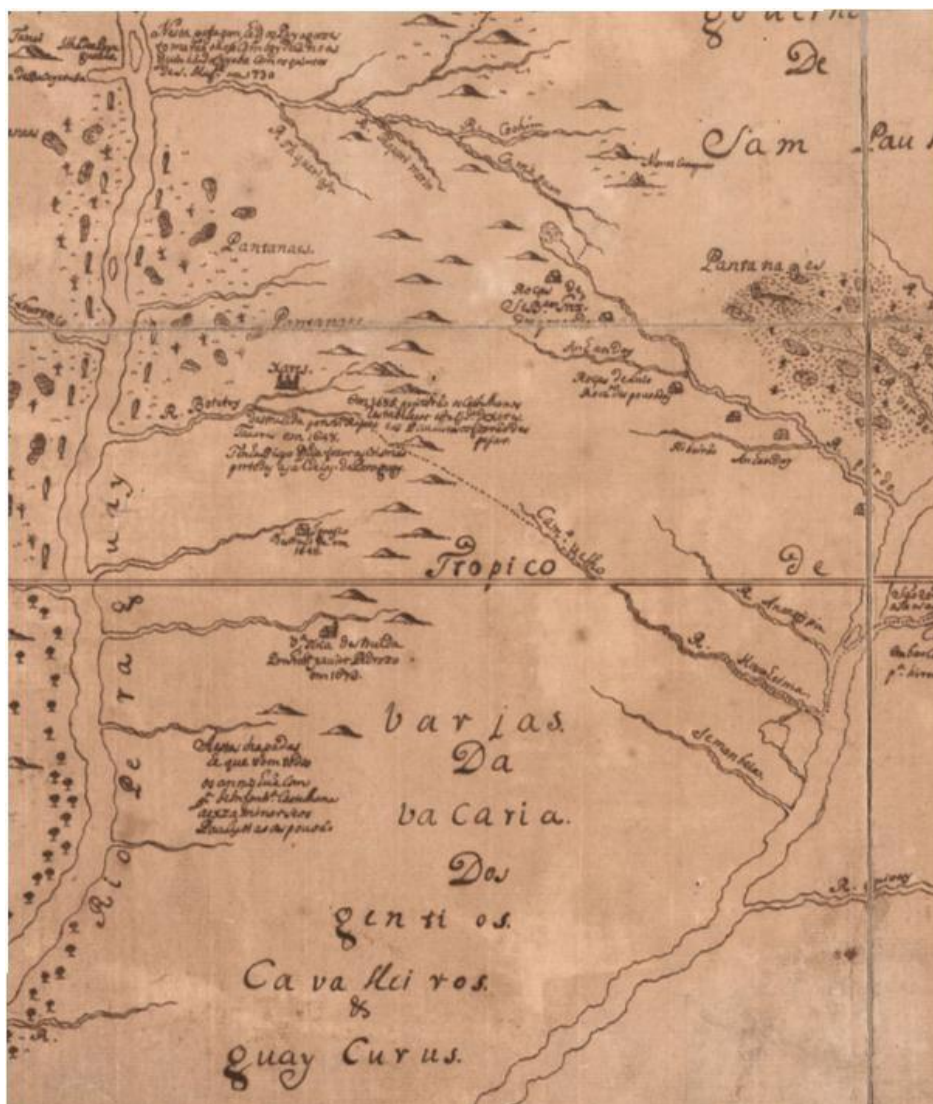
Se por um lado, todas as cartas de sesmarias, assim como os relatos, apontam para formação unidades produtivas escravistas voltadas para o abastecimento, há também outro aspecto comum a todas as cartas: a expansão das unidades produtivas e a diversificação da exploração. Além das roças as cartas demonstram que havia o interesse em explorar a criação de gado em partes cada vez mais próximas da região conhecida como *Campos da Vacaria*, ao sul dos rios Taquari-açu, Taquari-mirim e Coxim. A segunda carta de sesmarias passada a João de Araújo (três dias após a primeira) denota esse aspecto,

fizera sítio e lançara roças na paragem chamada barra Guexiyem, que faz (...) de sangradouro de Taquari Guassú , que tinha servido de grande conveniência (...) aos passageiros para as ditas minas assim nas invernadas que faziam naquela altura, como para se proverem de mantimentos (...) conveniente aos viandantes mas também a fazenda real e da outra parte do rio defronte do mesmo sítio do suplicante (...) feito e cultivado, se achavam campos devolutos com capacidade de criar gados, e o suplicante queria meter neles gados vacuns e formar fazenda de que se seguia conveniência aos dízimos reais, aos passageiros e mineiros passageiros daquele rio (...)

A utilização das cartas de sesmarias para a expansão de posses é recorrente na documentação de sesmarias no Brasil colonial. Como aponta a historiadora Márcia Motta, profunda estudiosa do tema, “os que tinham assenhoreado enorme extensão de terras (...) se sentiam em crédito com a coroa. Não somente eles haviam cultivado ao menos parte daquelas terras, como se submeteram ao poder, ansiosos por receber a mercê que confirmaria seu direito a terra” (MOTTA, 2009, p. 365).

A inserção de gado aproximava cada vez mais as fazendas dos territórios dos ameríndios Guaikuru, como podemos inferir do *detalhe* do mapa abaixo representado.

FIGURA VI



Detalhe do Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso, 17--. Op. cit.

Aproximação que não provocou apenas conflitos, mas também relações de comércio de gado entre os Guaikuru e os fazendeiros.

As relações que os Mbayá-Guaykurú mantiveram com os espanhóis, com os demais povos ameríndios e posteriormente com os portugueses, revelam aspectos singulares da sociedade colonial engendrada no centro da América do Sul. Os Mbayá-Guaykurú após a conquista da província dos Itatins tornaram-se senhores de um vasto território no vale do Paraguai, configurando-se em uma conquista ameríndia entre as conquistas ibéricas, subjugando vários povos e aliando-se com outros.

Com o domínio absoluto sobre a região, os Guaykuru renomearam a geografia do país. Nas “terras mbaianica”, por exemplo, os rios *Corrientes e Piray* passaram a se *Apa e Aquidabam*; o distrito que correspondia *Pitun, Piray Itati*, passou a ser *Agauizo*; o monte de *San Fernando* ganhou o nome de *Itapucú-Guazú*; o rio *Guasarapo* tornou-se *Guache* (COSTA, 1997, p. 37).

A renomeação dos topônimos “evidencia a verdadeira supremacia destes índios sobre os territórios ocupados”. Os Guaikuru tornaram-se ainda detentores de um imenso plantel de gado e de cavalos, fato que foi fundamental para que estes pudessem subjugar outros povos ameríndios e também e impor-se aos conquistadores espanhóis e portugueses. Segundo Costa, “durante quase dois séculos estes índios foram senhores absolutos do território compreendido entre o Apa e o Mbotetey” (COSTA, 1997, p. 37-38).

Camelo aponta em seu relato que em 1730 índios Guaykuru “se achavam (...) nas nossas rancharias, vendendo vacas, carneiros e alguns cavalos” (CAMELO, 1842, p. 494). Apenas em 1737, com o término abertura do caminho por terra entre Cuiabá e Goiás que as Minas do Cuiabá teriam outra fonte mais segura e constante de onde introduzir gado, cavalos e muares nos ambientes rurais.

Outro aspecto relevante e recorrente na documentação que analisamos sobre o pequeno recorte espacial e temporal que nos propomos a discutir neste artigo, é a referência nos documentos, dos ambientes rurais que destacamos como locais não apenas de exploração de gado, ou de plantio e colheita, mas também de sítios “povoados”. Aspecto recorrente que sublinhamos em vários documentos citados. Por povoação entende-se não apenas a existência de senhores e escravos, mas também outras famílias de agregados, camaradas e livres pobres, que de forma pouco visível nos documentos oficiais territorializavam suas práticas nos ambientes rurais.

Terminamos nosso artigo não com conclusões, mas com algumas questões que pretendemos responder no decurso de nossas pesquisas. Quais as implicações da percepção do caráter fixo, escravista e mercantil das propriedades rurais para a revisão sobre o processo de espacialização da sociedade colonial no centro da América do Sul?

Em que medida a doação de cartas de sesmarias significa a articulação entre as práticas sertanistas e os interesses metropolitanos? Quais redes mercantis articulam-se à formação de ambientes rurais nas minas do Cuiabá na primeira metade do século XVIII? As espacialidades rurais formadas no centro da América do Sul, servem apenas ao *mercado interno* e à formação e consolidação de *elites coloniais*, espacialmente na capitania de São Paulo? Como poderíamos problematizar a relação entre a formação dessas espacialidades com a noção de Antigo Sistema Colonial?

Bibliografia

ARRUDA, Elmar Figueiredo. *O mercado interno de Mato Grosso - Século XVIII*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1991.

BARROS, Manoel. “Notícia 7ª prática e o roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadouros das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias da navegação, e travessia, que se costumam fazer por mar, e terra”. In TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, pp. 149-169.

BORREGO, Maria A. M. *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique. *Anais de Mato Grosso*. Publicações Avulsas nº 20. Cuiabá: IHGMT, 2001.

BLAJ, Ilana. *Na trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002.

BORGES, Ana Carolina da S. *Nas margens da história: meio ambiente e ruralidade em comunidades “ribeirinhas” do Pantanal Norte (1870-1930)*. Cuiabá: Carlini Caniato/Edufmt, 2010.

CAMELO, Antonio Cabral. “Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goyases na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o capitão João Antônio Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no anno de 1727”. *RIHGB*, v.4 n. 13. p. 487-500, 1842.

CORREA FILHO, V. *Mato Grosso*. IHGB: Rio de Janeiro, s/d.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense*. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1955.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanais Matogrossenses*. Devassamento e Ocupação. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

CORTESÃO, Jaime. *O Tratado de Madrid*. Tomo II. Brasília: Senado Federal, 2001.

- COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. “Apresentação” In BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Anais de Mato Grosso*. Publicações avulsas, n° 20, Cuiabá: IHGMT, 200.
- COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes: Pantanal entre os séculos XVI a XVIII*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.
- FERREIRA, Mario C. “Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII”. *Anais II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Lisboa, 2007.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª Ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2003.
- GALETTI, Lylia da S. G. “O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização”. In: Universidade Federal de Goiás- UFG. (Org.). *Relações cidades-campo*. Goiania: EdUFG, 2000.
- HARLEY, J. B. “Deconstructing the map”. *Cartographica*. V.26, n° 2, 1989, pp. 1-20
- LUIS, Washington. *Capitania de São Paulo*. Governo de Rodrigo César de Meneses. Rio de Janeiro/São Paulo/Recife/Porto Alegre: Cia. Ed. Nacional, 1938.
- LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. “Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico”. *Boletim de História Demográfica*, ano 8, no. 21, março de 2001.
- MOTTA, Márcia Maria M. “Poder e domínio: a concessão de sesmarias em fins de setecentos”. In: MONTEIRO, Rodrigo B. e VAINFAS, Ronaldo. *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco José. “Populações meridionais do Brasil” in SANTIAGO, Silvio (org.) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- PRESOTTI, Thereza Martha B. “Os índios e a natureza na conquista colonial do centro da América do sul: a Capitania de Mato Grosso (século XVIII)”. In: *Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: CHAM-Centro de História do Além -Mar/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 1-24.
- SÁ, José Barboza de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Ed. UFMT/Secretária de Educação e Cultura, 1975 p. 11.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, pp. 126-133.
- SHELLARD, Dora Corrêa. “Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil”. In *Revista Brasileira de História*. V. 26, n° 51, 2006, pp. 63-97, p.64.
- TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981.